

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

José Cruz/Agência Brasil



Páulo Pimenta faz parte da "Turma de Curitiba"

O entorno de Lula e a comunicação

Na avaliação de um dos fundadores do PT, uma das grandes diferenças que há entre o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva e os dois anteriores, é a composição do entorno mais próximo do presidente. É o que ele chama da força atual da "Turma de Curitiba" em contraposição à força anterior da "Turma de São Bernardo". Grato com aqueles que lhe deram

mais apoio durante seu tempo de prisão, Lula os trouxe para perto neste seu governo. É a "Turma de Curitiba". Com uma participação bem menor dos conselheiros tradicionais que mais o acompanhavam desde o início da carreira política a partir do Sindicato dos Metalúrgicos. A "Turma de São Bernardo". A começar pela própria primeira-dama Janja da Silva.

Pimenta

Isso se reflete na comunicação do governo, que Lula criticou na semana passada, e dá agora sinais veementes de que deverá mudar. O secretário de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, é um dos nomes da "Turma de Curitiba", cidade onde Lula ficou preso.

Conselheiros

O que muitos criticam é que esse novo entorno de Lula parece ter menos capacidade de atuar como conselheiros. Muito idolatram o presidente, sem a mesma condição de alertá-lo para eventuais rumos errados, como no passado faziam Luiz Gushiken ou José Dirceu.

Elza Fiúza/Agência Brasil



Edinho Silva perdeu eleição em Araraquara

Troca na comunicação é cogitada há tempos

Quando Paulo Pimenta foi deslocado para a Secretaria Extraordinária criada para dar solução ao drama das enchentes no Rio Grande do Sul no ano passado, já havia a intenção de mudança permanente. O governo apostava na possibilidade de produzir uma virada política no Sul, onde Lula é menos popular, a partir

dos esforços. Mas a deputada federal Maria do Rosário acabou perdendo a eleição para o prefeito Sebastião Melo, reeleito. Pimenta voltou para a comunicação. Mas, na sua ausência, já atuavam mais diretamente o marqueteiro da campanha de Lula, Sidônio Palmeira, e o prefeito de Araraquara, Edinho Silva.

Sidônio e Edinho

Sidônio e Edinho tiveram forte participação nas mudanças que aconteceram quando Lula mudou o slogan do governo num esforço para se aproximar dos segmentos evangélicos, cada vez mais importantes na sociedade brasileira, especialmente nas camadas mais baixas.

Não deu certo

Havia uma preferência inicial pelo nome de Edinho Silva. O que se dizia, então, é que Edinho cumpriria seu mandato de prefeito, e poderia vir depois que elegeisse sua sucessora, Eliana Honain. Não deu certo. Ela perdeu as eleições em Araraquara para Dr. Lapena, do PL.

PT

Na verdade, mais que retornar à Comunicação, o desejo de Edinho era ser o próximo presidente do PT, ao final do mandato de Gleisi Hoffmann. Essa ainda é uma possibilidade. Gleisi pode assumir um ministério. Mas a derrota em Araraquara produziu abalos para Edinho.

Resultados

De qualquer forma, há um diagnóstico geral de que o governo não tem conseguido reverter em popularidade ganhos, como o crescimento do país, ou a vitória diplomática que teve agora na assinatura do acordo do Mercosul com a União Europeia. É a sacudida que se quer.

Intensa corrida contra o tempo no Congresso

Apesar dos problemas, pauta inclui orçamento e o pacote fiscal

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Na reta final para a aprovação do orçamento de 2025, o Congresso Nacional corre contra o tempo para finalizar a discussão antes do recesso parlamentar, agendado para 22 de dezembro (um domingo, o que significa que, na prática, o último dia de trabalho, em princípio, será a sexta-feira, 20). A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, nesta sexta-feira (6), o relatório preliminar da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, do senador Angelo Coronel (PSD-BA). A comissão aprovou o texto dois dias após aprovar o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2025. A previsão é que a CMO vote o relatório final do Orçamento até esta quinta-feira (12).

Nesse meio tempo, a comissão determinou o recebimento da apresentação das emendas dos parlamentares até esta terça-feira (10). Os membros da comissão avaliarão os pedidos para fechar o relatório final dentro do prazo estipulado.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias determina as metas e prioridades para o destino dos recursos públicos. Já a Lei Orçamentária Anual, mais detalhada, aponta como esses recursos serão utilizados e distribuídos.

Emendas

O relatório preliminar de Angelo Coronel fixa as receitas e despesas de 2025 em R\$ 5,8 trilhões. Desse valor, R\$ 1,6 trilhão vai para o refinanciamento da dívida pública federal. O montante ainda separa uma reserva de R\$ 24,6 bilhões para o atendimento de emendas im-



Lula tenta azeitar os acordos com o Congresso para concluir bem o ano

positivas individuais e R\$ 14,3 bilhões para as impositivas de bancada.

Em meio aos desentendimentos referentes às regras para liberação das emendas parlamentares, o relator propõe um "corte prévio linear" de 1% nos gastos discricionários do Poder Executivo, a fim de assegurar os recursos. Esse corte vale para despesas correntes, investimentos e inversões financeiras com valor superior a R\$ 1 milhão.

Diante disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva liberou R\$ 10 bilhões em emendas para usá-las como moeda de troca para aprovar o pacote fiscal. Mas não conseguiu ainda que isso determinasse a boa vontade e o ritmo necessários para toda a complexa pauta que ainda precisa ser avaliada este ano.

Ao Correio da Manhã, o cientista político Isaac Jordão

avaliou que, mesmo pressionado, Flávio Dino e os ministros não devem voltar atrás com suas exigências e caberá ao governo "negociar a capacidade dos parlamentares de priorizar os recursos que estão liberados" para o Executivo "acelerar o que pode ser pago".

Além disso, a AGU [Advocacia-Geral da União] também entrou com uma petição pedindo a liberação de uma parte dos recursos de emenda dos parlamentares. Então, o governo conseguiu se colocar, do ponto de vista da negociação, do lado do Congresso para apertar o Supremo. Portanto, não acredito que essa questão da negociação das emendas vá mudar, mas eu acredito que vá acontecer um debate entre o governo e o Parlamento para poder alinhar o que vai ser liberado e a quantidade que será liberada. E nisso, todo o pacote [fiscal] e o

orçamento entram para negociação", destacou.

Pacote fiscal

Diante desse rolo com as emendas, o governo articula para conseguir aprovar o pacote fiscal. O plenário da Câmara aprovou a urgência dos projetos na última semana. A expectativa é que os parlamentares votem esta semana o mérito.

Isaac Jordão considera que "as chances das medidas serem votadas na Câmara dos Deputados são altíssimas". Agora, as chances de aprovação dos projetos e da proposta na Câmara e no Senado Federal ainda neste ano, são menores.

Todavia, há um interesse dos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entregarem projetos estruturantes antes do final dos seus mandatos.

Dívida dos estados deve ser resolvida nesta terça-feira

Tânia Rego/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados deve votar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) nesta terça-feira (10). A informação já havia sido antecipada pelo relator do texto, deputado federal Doutor Luizinho (PP-RJ), ao Correio da Manhã.

O PLP é destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União e, desde setembro deste ano, tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados. Inicialmente, chegou a ser pautado na última terça-feira (3) e, depois, novamente na quarta-feira (4). O adiamento aconteceu a pedido do relator, para ajustar alguns detalhes finais em busca de consenso entre os parlamentares. Ele explicou que o tema é complexo e do interesse dos principais estados.

"Uma matéria que recebeu muitas emendas e é muito importante para os principais estados da Federação", declarou. "Construímos um texto com o governo e as emendas para buscar um consenso", completou o deputado.

O projeto já foi aprovado no Senado Federal e é de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Caso Luizinho faça alterações na matéria, o texto precisará



Claudio Castro deverá pressionar Câmara

retornar para a revisão do Senado, ou seja, neste cenário o envio para a sanção presidencial não acontecerá neste ano. Há, portanto, interesse dos governadores endividados para que isso não aconteça.

Governadores

Em jantar no Palácio das Esmeraldas com deputados federais e estaduais na noite de quinta-feira (5), o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), pediu apoio da bancada federal goiana para a aprovação do projeto para "Goiás investir e avançar cada vez mais".

Também é esperado que o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), acompanhe a votação no Congresso Nacional. De acordo com sua assessoria, o projeto, que tem sido defendido por ele, é "fundamental para viabilizar a saúde financeira do Rio de Janeiro e de outros estados que também têm investimentos comprometidos pelos altos juros cobrados pela União".

Parecer

Ao apresentar o seu parecer preliminar, Luizinho afirmou que o texto visa incentivar investimentos em áreas sensíveis,

como educação, segurança pública e infraestrutura. Ele destacou também que a proposta é benéfica para a União, pois permitirá que as dívidas, atualmente suspensas, sejam novamente pagas, gerando receitas para o governo federal.

"O Propag, portanto, é uma solução que permitirá que os estados resolvam de forma definitiva o problema do endividamento e que a União volte a receber os pagamentos das dívidas", iniciou. "Quanto ao equilíbrio federativo, este projeto de lei complementar irá beneficiar proporcionalmente os entes mais endividados. Em relação à responsabilidade fiscal, o projeto propõe que os Estados que aderirem ao Propag limitem o crescimento de suas despesas primárias de forma similar ao Novo Arcabouço Fiscal", acrescentou o relator no documento.

Entre as medidas do Propag, estão o alívio da carga de endividamento, que soma mais de R\$ 765 bilhões, sendo que cerca de 90% diz respeito a quatro estados: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em troca, os estados deverão entregar alguns de seus bens à União e priorizar investimentos em áreas como educação, saneamento e segurança.

Além disso, os estados terão que aderir a regras fiscais, como o limite no crescimento de suas despesas primárias, e o risco de exclusão por inadimplência.